

Flávio Tartuce  
Daniel Amorim Assumpção Neves

---

# Manual de **Direito do Consumidor**

Direito Material  
e Processual

**VOLUME ÚNICO**

**5.ª edição**  
revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nêbias, 1384 – Campos Elísios – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

*Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).*

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 22.12.2015

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C35m

Tartuce, Flávio

Manual de direito do consumidor : direito material e processual / Flávio Tartuce, Daniel Amorim Assumpção Neves. – 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-309-6765-9

1. Brasil. [Código de Defesa do Consumidor (1990)]. 2. Defesa do consumidor - Brasil. I. Neves, Daniel Amorim Assumpção. II. Título.



# SUMÁRIO

## 1.<sup>a</sup> Parte DIREITO MATERIAL

***Flávio Tartuce***

<b>1. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA POSIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....</b>	<b>3</b>
1.1. Primeiras palavras sobre o Código de Defesa do Consumidor. O CDC e a pós-modernidade jurídica .....	3
1.2. O Código de Defesa do Consumidor como norma principiológica. Sua posição hierárquica .....	10
1.3. O Código de Defesa do Consumidor e a teoria do diálogo das fontes.....	16
1.4. O conteúdo do Código de Defesa do Consumidor e a organização da presente obra.....	25
<b>2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>27</b>
2.1. Primeiras palavras sobre os princípios jurídicos .....	27
2.2. Princípio do protecionismo do consumidor (art. 1º da Lei 8.078/1990)...	31
2.3. Princípio da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I, da Lei 8.078/1990).....	34
2.4. Princípio da hipossuficiência do consumidor (art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990).....	37
2.5. Princípio da boa-fé objetiva (art. 4º, inc. III, da Lei 8.078/1990) .....	39
2.6. Princípio da transparência ou da confiança (arts. 4º, <i>caput</i> , e 6º, inc. III, da Lei 8.078/1990). A tutela da informação .....	44
2.7. Princípio da função social do contrato .....	51

2.8. Princípio da equivalência negocial (art. 6º, inc. II, da Lei 8.078/1990).....	61
2.9. Princípio da reparação integral dos danos (art. 6º, inc. VI, da Lei 8.078/1990). Os danos reparáveis nas relações de consumo .....	63
<b>3. ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO .....</b>	<b>79</b>
3.1. A estrutura da relação jurídica de consumo. Visão geral .....	79
3.2. Os elementos subjetivos da relação de consumo .....	81
3.2.1. O fornecedor de produtos e o prestador de serviços. O conceito de <i>fornecedor equiparado</i> .....	81
3.2.2. O consumidor. Teorias existentes. O consumidor equiparado ou <i>bystander</i> .....	85
3.3. Elementos objetivos da relação de consumo .....	109
3.3.1. Produto .....	109
3.3.2. Serviço .....	114
3.4. Exemplos de outras relações jurídicas contemporâneas e o seu enquadramento como relações de consumo .....	127
3.4.1. O contrato de transporte e a incidência do Código do Consumidor ...	127
3.4.2. Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor .....	129
3.4.3. O condomínio edilício e o Código de Defesa do Consumidor.....	131
3.4.4. A incidência do Código do Consumidor para os contratos de locação urbana .....	132
3.4.5. A Lei 8.078/1990 e a previdência privada complementar .....	139
3.4.6. Prestação de serviços educacionais como serviço de consumo ...	141
3.4.7. As atividades notariais e registrais e a Lei 8.078/1990 .....	144
3.4.8. As relações entre advogados e clientes e o Código de Defesa do Consumidor .....	145
<b>4. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR...</b>	<b>149</b>
4.1. A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. a responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor (risco-proveito). A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção .....	150
4.2. Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor .....	163
4.2.1. As quatro hipóteses tratadas pela Lei 8.078/1990 em relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade .....	163
4.2.2. Responsabilidade civil pelo vício do produto .....	171
4.2.3. Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito .....	187
4.2.4. Responsabilidade civil pelo vício do serviço .....	196
4.2.5. Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito .....	200
4.3. O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações em relação ao art. 931 do Código Civil .....	210

4.4. Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor.....	223
4.4.1. As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito.....	223
4.4.2. A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro.....	232
4.4.3. A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor.....	235
4.4.4. O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista .....	238
4.4.5. Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor.....	251
4.5. O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores .....	256
4.6. A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor... ..	262
4.7. A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i> .....	287
<b>5. A PROTEÇÃO CONTRATUAL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>295</b>
5.1. O conceito contemporâneo ou pós-moderno de contrato e o Direito do Consumidor. Os contratos coligados e os contratos cativos de longa duração .....	296
5.2. A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	308
5.3. A função social do contrato e a não vinculação das cláusulas desconhecidas e incompreensíveis (art. 46 do CDC). A interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC) .....	315
5.4. A força vinculativa dos escritos e a boa-fé objetiva nos contratos de consumo (art. 48 da Lei 8.078/1990). a aplicação dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva .....	328
5.4.1. <i>Supressio e surrectio</i> .....	332
5.4.2. <i>Tu quoque</i> .....	334
5.4.3. <i>Exceptio doli</i> .....	335
5.4.4. <i>Venire contra factum proprium</i> .....	336
5.4.5. <i>Duty to mitigate the loss</i> .....	340
5.5. O direito de arrependimento nos contratos de consumo (art. 49 da Lei 8.078/1990).....	343
5.6. A garantia contratual do art. 50 da Lei 8.078/1990 .....	351
5.7. As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Análise do rol exemplificativo do art. 51 da Lei 8.078/1990 e suas decorrências .....	356
5.7.1. Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, inc. I, do CDC).....	357
5.7.2. Cláusulas que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga (art. 51, inc. II, do CDC).....	358

5.7.3. Cláusulas que transfiram responsabilidades a terceiros (art. 51, inc. III, do CDC).....	359
5.7.4. Cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, inc. IV, do CDC).....	359
5.7.5. Cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, inc. VI, do CDC).....	364
5.7.6. Cláusulas que determinem a utilização compulsória de arbitragem (art. 51, inc. VII, do CDC).....	364
5.7.7. Cláusulas que imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor (art. 51, inc. VIII, do CDC).....	367
5.7.8. Cláusulas que deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor (art. 51, inc. IX, do CDC).....	369
5.7.9. Cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (art. 51, inc. X, do CDC)....	369
5.7.10. Cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor (art. 51, inc. XI, do CDC).....	370
5.7.11. Cláusulas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, inc. XII, do CDC).....	371
5.7.12. Cláusulas que autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração (art. 51, inc. XIII, do CDC).....	372
5.7.13. Cláusulas que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais (art. 51, inc. XIV, do CDC).....	373
5.7.14. Cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (art. 51, inc. XV, do CDC).....	375
5.7.15. Cláusulas que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias (art. 51, inc. XVI, do CDC).....	377
5.8. Os contratos de fornecimento de crédito na Lei 8.078/1990 (art. 52) e o problema do superendividamento do consumidor. A nulidade absoluta da cláusula de decaimento (art. 53).....	384
5.9. O tratamento dos contratos de adesão pelo art. 54 do Código de Defesa do Consumidor.....	399

<b>6. A PROTEÇÃO QUANTO À OFERTA E À PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....</b>	<b>409</b>
6.1. Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor.....	409
6.2. A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei 8.078/1990.....	412

6.3. O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integralidade .....	419
6.4. A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta .....	427
6.5. A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas .....	438
6.5.1. A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC) .....	440
6.5.2. A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1º, do CDC) .....	441
6.5.3. A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2º, do CDC) .....	450
6.6. O ônus da prova da veracidade da informação publicitária .....	454
 <b>7. O ABUSO DE DIREITO CONSUMERISTA. AS PRÁTICAS ABUSIVAS VEDADAS PELA LEI 8.078/1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS</b> .....	457
7.1. Algumas palavras sobre o abuso de direito .....	458
7.2. Estudo das práticas abusivas enumeradas pelo art. 39 do CDC .....	462
7.2.1. Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos (art. 39, inc. I, do CDC) .....	463
7.2.2. Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes (art. 39, inc. II, do CDC) .....	468
7.2.3. Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço (art. 39, inc. III, do CDC) .....	469
7.2.4. Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde e condição social, para vender-lhe produto ou serviço (art. 39, inc. IV, do CDC) .....	474
7.2.5. Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (art. 39, inc. V, do CDC) .....	476
7.2.6. Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes (art. 39, inc. VI, do CDC) .....	480
7.2.7. Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos (art. 39, inc. VII, do CDC) .....	483
7.2.8. Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO (art. 39, inc. VIII, do CDC) .....	484
7.2.9. Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais (art. 39, inc. IX, do CDC) .....	485

7.2.10. Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços (art. 39, inc. X, do CDC) .....	485
7.2.11. Aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido (art. 39, inc. XIII, do CDC) .....	486
7.2.12. Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (art. 39, inc. XII, do CDC) .....	487
7.3. A necessidade de respeito ao tabelamento oficial, sob pena de caracterização do abuso de direito (art. 41 do CDC).....	487
7.4. O abuso de direito na cobrança de dívidas (art. 42, <i>caput</i> , do CDC). O problema do corte de serviço essencial. A necessidade de prestação de informações na cobrança (art. 42-A do CDC) .....	488
7.5. A repetição de indébito no caso de cobrança abusiva (art. 42, parágrafo único, do CDC).....	503
<b>8. BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES.....</b>	<b>513</b>
8.1. A natureza jurídica dos bancos de dados e cadastros e sua importante aplicabilidade social. Diferenças entre as categorias .....	513
8.2. O conteúdo dos arts. 43 e 44 do Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. A interpretação jurisprudencial.....	520
8.2.1. A inscrição ou registro do nome dos consumidores .....	521
8.2.2. A retificação ou correção dos dados .....	522
8.2.3. O cancelamento da inscrição .....	529
8.2.4. A reparação dos danos nos casos de inscrição indevida do nome do devedor. Crítica à Súmula 385 do STJ. Prazo para se pleitear a reparação.....	532
8.2.5. O cadastro de fornecedores e prestadores e o alcance do art. 44 da Lei 8.078/1990 .....	538
8.3. O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414, de 9 de junho de 2011 ...	540
<b>9. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 28 DA LEI 8.078/1990). ASPECTOS MATERIAIS.....</b>	<b>553</b>

## 2.ª Parte

### DIREITO PROCESSUAL

***Daniel Amorim Assumpção Neves***

<b>10. TUTELA INDIVIDUAL DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....</b>	<b>567</b>
10.1. Introdução .....	567



10.2. Meios de solução dos conflitos .....	570
10.2.1. Introdução.....	570
10.2.2. Jurisdição.....	571
10.2.3. Equivalentes jurisdicionais.....	573
10.2.3.1. Autotutela .....	575
10.2.3.2. Autocomposição.....	576
10.2.3.3. Mediação .....	579
10.2.3.4. Conciliação e mediação no Novo CPC .....	580
10.2.3.5. Arbitragem.....	595
10.3. Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer .....	602
10.3.1. Introdução.....	602
10.3.2. Tutela jurisdicional .....	602
10.3.2.1. Tutela jurisdicional específica .....	603
10.3.2.2. Tutela inibitória .....	604
10.3.3. Procedimento previsto pelo art. 84 do CDC .....	606
10.3.3.1. Introdução.....	606
10.3.3.2. Obtenção de tutela específica ou determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.....	607
10.3.3.3. Conversão em perdas e danos.....	607
10.3.3.4. Tutela de urgência.....	611
10.3.3.5. Tutela da evidência .....	617
10.3.3.6. Atipicidade dos meios executivos .....	624
10.3.3.7. Multa .....	628
10.4. Competência.....	641
10.4.1. Introdução.....	641
10.4.2. Competência da Justiça .....	641
10.4.3. Competência territorial .....	644
10.4.3.1. Cláusula de eleição de foro .....	650
10.4.4. Competência do juízo.....	659
10.5. Intervenções de terceiros.....	660
10.5.1. Introdução.....	660
10.5.2. Denúnciação da lide.....	661
10.5.2.1. Vedação legal .....	661
10.5.2.2. Fundamentos da vedação legal .....	663
10.5.3. Chamamento ao processo .....	671
10.5.3.1. Introdução.....	671
10.5.3.2. Espécie atípica de chamamento ao processo .....	671
10.5.3.3. Ação diretamente proposta contra a seguradora.....	674
10.5.3.4. Vedação de integração do Instituto de Resseguros do Brasil .....	676
10.6. Litisconsórcio alternativo e o Código de Defesa do Consumidor.....	677

10.7. Inversão do ônus da prova.....	684
10.7.1. Ônus da prova.....	684
10.7.2. Regras de distribuição do ônus da prova .....	686
10.7.3. Inversão do ônus da prova.....	689
10.7.3.1. Inversão convencional.....	689
10.7.3.2. Inversão legal .....	690
10.7.3.3. Inversão judicial .....	693
10.7.4. Momento de inversão do ônus da prova.....	701
10.7.5. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas proces- suais.....	709
<b>11. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO .....</b>	<b>713</b>
11.1. Introdução .....	714
11.1.1. Tutela jurisdicional coletiva .....	714
11.1.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva.....	716
11.1.3. Microsistema coletivo.....	719
11.1.4. Marcos legislativos .....	723
11.2. Espécies de direitos protegidos pela tutela coletiva .....	728
11.2.1. Introdução .....	728
11.2.2. Direitos ou interesses? .....	728
11.2.3. Direito difuso.....	731
11.2.4. Direito coletivo .....	733
11.2.5. Direitos individuais homogêneos .....	736
11.2.6. Identidades e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i> ....	742
11.3. Competência na tutela coletiva .....	746
11.3.1. Competência absoluta: funcional ou territorial?.....	746
11.3.2. Competência absoluta do foro.....	749
11.3.3. Dano local, regional e nacional .....	753
11.4. Legitimidade .....	757
11.4.1. Espécies de legitimidade .....	757
11.4.2. Cidadão .....	760
11.4.3. Ministério Público.....	763
11.4.4. Pessoas jurídicas da Administração Pública .....	768
11.4.5. Associação.....	770
11.4.5.1. Introdução.....	770
11.4.5.2. Constituição há pelo menos um ano .....	771
11.4.5.3. Pertinência temática.....	773
11.4.5.4. Representação adequada ( <i>adequacy of representantion</i> )...	773
11.4.6. Defensoria Pública .....	780
11.5. Relação entre a ação coletiva e a individual .....	789
11.5.1. Introdução.....	789

11.5.2. Litispendência .....	790
11.5.3. Conexão e continência .....	791
11.5.3.1. Conceito .....	791
11.5.3.2. Insuficiência do conceito legal de conexão .....	794
11.5.3.3. Vantagens e desvantagens da reunião dos processos...	796
11.5.3.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão .....	798
11.5.3.5. Especificamente na relação entre ação coletiva e individual .....	801
11.5.4. Suspensão do processo individual.....	804
11.5.5. Extinção do mandado de segurança individual.....	807
11.6. Coisa julgada.....	809
11.6.1. Introdução.....	809
11.6.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	809
11.6.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	815
11.6.4. Limitação territorial da coisa julgada.....	818
11.7. Gratuidade .....	826
11.7.1. Introdução.....	826
11.7.2. Isenção de adiantamento.....	826
11.7.3. Condenação em verbas de sucumbência .....	832
11.8. Liquidação de sentença .....	837
11.8.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis .....	837
11.8.2. Natureza jurídica da liquidação.....	839
11.8.3. Legitimidade ativa.....	841
11.8.4. Competência.....	845
11.8.5. Espécies de liquidação de sentença .....	849
11.8.6. Direito difuso e coletivo .....	851
11.8.7. Direito individual homogêneo .....	851
11.8.8. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo ...	853
11.9. Execução.....	853
11.9.1. Introdução.....	853
11.9.1.1. Processo de execução e cumprimento de sentença ....	853
11.9.1.2. Execução por sub-rogação e indireta.....	854
11.9.1.3. Prescrição .....	859
11.9.2. Legitimidade ativa.....	861
11.9.3. Direitos difusos e coletivos .....	864
11.9.4. Direitos individuais homogêneos .....	865
11.9.4.1. Introdução.....	865
11.9.4.2. Execução por <i>fluid recovery</i> .....	866
11.9.4.3. Legitimidade .....	871
11.9.5. Regime jurídico das despesas e custas processuais .....	875

<b>12. ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>877</b>
12.1. Introdução .....	877
12.2. Responsabilidade patrimonial secundária.....	878
12.3. Forma procedimental da desconsideração da personalidade jurídica.....	882
12.3.1. Introdução.....	882
12.3.2. Momento .....	885
12.3.3. Procedimento .....	885
12.3.4. Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa) .....	888
12.3.5. Recorribilidade .....	891
12.3.6. Fraude à execução .....	893
12.4. Desconsideração da personalidade jurídica de ofício .....	894
<b>13. ORDEM PÚBLICA E TUTELA PROCESSUAL DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>897</b>
13.1. Matérias de defesa .....	897
13.2. Preclusão temporal.....	898
13.3. Preclusão consumativa.....	904
13.4. Objeções e natureza de ordem pública das normas consumeristas .....	906
<b>14. HABEAS DATA E DIREITO DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>909</b>
14.1. Introdução .....	909
14.2. Direito à informação e <i>habeas data</i> .....	910
14.3. Hipóteses de cabimento.....	911
14.3.1. Introdução.....	911
14.3.2. Direito à informação.....	912
14.3.3. Direito à retificação de dados .....	913
14.3.4. Anotação sobre dado verdadeiro .....	914
14.4. Fase administrativa .....	915
14.4.1. Interesse de agir.....	915
14.4.2. Procedimento .....	917
14.4.2.1. Fase pré-processual .....	917
14.4.2.2. Fase processual.....	920
14.5. Liminar .....	928
14.6. Legitimidade .....	929
14.6.1. Legitimidade ativa.....	929
14.6.2. Legitimidade passiva.....	930
14.7. Competência.....	932
14.8. Recursos.....	933
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>937</b>